



DOS DISCURSOS AS REALIDADES: AS ESCOLAS RURAIS EM FINS DA DÉCADA DE 1970 E INÍCIO DE 1980 EM ARIQUEMES-RO

Roger dos Santos Lima

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: roger.sntm@gmail.com

Josemir Almeida Barros

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: josemir.barros@unir.br

RESUMO

Objetivamos nessa pesquisa analisar alguns exemplares de jornais de época em conjunto com discursos proferidos por autoridades públicas a respeito da educação rural e/ou escolas rurais no município de Ariquemes, Região do Vale do Jamari, no atual Estado de Rondônia em recorte temporal de fins da década de 1970 e início de 1980. Algumas indagações balizam a investigação, entre elas: quais os discursos proferidos em fins da década de 1970 e início de 1980 a respeito das escolas rurais em Ariquemes-RO? O periódico jornalístico *O Parceleiro*, na ocasião carregava os atributos do domínio da leitura e escrita, de algum modo externava ou omitia a situação em que se encontravam as escolas públicas rurais da localidade? Orientados por Bloch (2001), analisamos matérias de jornais, discursos governamentais, fotografias e dados estatísticos produzidos por autoridades públicas. Em se tratando de Brasil, a partir de 1960 em virtude do possível êxodo rural as escolas rurais foram sendo deixadas a margem, uma vez que os investimentos do setor público se inclinavam ao modelo de urbanização no Brasil. Não obstante, parte dos documentos históricos analisados nos demonstraram as ausências do poder público sobre o direito a escola rural, configurando uma produção engendrada intencional.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos sobre a escola. Escola rural. Educação rural. História da educação.

FROM THE DISCOURSES THE REALITIES: THE RURAL SCHOOLS AT THE END OF THE DECADE OF 1970 AND THE BEGINNING OF 1980 IN ARIQUEMES-RO

ABSTRACT

In this study we aim at analyzing some copies of periodicals and speeches given by public authorities regarding rural education and / or about rural schools in the municipality of Ariquemes, Vale do Jamari Region, Rondônia, in the period between 1970s and early 1980s. Some questions guide the investigation, including such as what are the discourses on rural schools in Ariquemes the late 1970s and early 1980s ? Did the paper *O Parceleiro*, a popular

paer at the time, in some way externalized or omitted the situation of local public rural schools? Guided by Bloch (2001), we analyzed: newspaper articles, government speeches, photographs and statistical data produced by public authorities. In the case of Brazil, from 1960 onwards, due to the possible rural exodus, rural schools were left on the sidelines, since public sector investments were inclined to the urbanization model in Brazil. Nevertheless, part of the historical documents analyzed revealed the absences of the public authorities on the right to rural school, configuring an intentionally generated production.

KEYWORDS: Discourse – Rural schools – Rural Education - History

INTRODUÇÃO

A pesquisa em tela, está alicerçada na História e Historiografia da Educação, no que diz respeito às escolas urbanas e rurais de Ariquemes em fins da década de 1970 e início de 1980. O artigo justifica-se, pois segundo Leite (2002), poucos estudos evidenciam a História da Educação Rural no Brasil, sendo importante o estudo da temática.

Deste modo, a problemática que nos inquietou foi: Quais os discursos proferidos em fins da década de 1970 e início de 1980 a respeito das escolas rurais em Ariquemes-RO? O periódico jornalístico *O Parceleiro*¹ na ocasião carregava os atributos do domínio da leitura e escrita, de algum modo externava ou omitia a situação em que se encontrava as escolas públicas rurais da localidade?

Objetivamos analisar alguns exemplares de jornais de época em conjunto com discursos proferidos por autoridades públicas a respeito da educação rural e/ou sobre escolas rurais no município de Ariquemes, Região do Vale do Jamari, no atual Estado de Rondônia em recorte temporal de fins da década de 1970 e início de 1980. Para essa investigação nos ativemos no discurso exposto pela mídia jornalística, mais específico, no jornal *O Parceleiro*, e no discurso governamental. Em termos mitológicos coletamos diversos documentos

¹ O jornal “O Parceleiro” foi fundado em 1979 na cidade de Ariquemes-RO por Osmar Silva, bacharel em direito pela UNIRON, jornalista, colunista, escritor ficcionista e poeta inédito. Ex-secretário de Justiça, ex-diretor do Sebrae, no governo de Jeronimo Santana (1987-1991), ex-presidente do Instituto de Terra de Rondônia (IRETON), no governo de Osvaldo Piana (1991-1995), ex-secretário de Administração e ex-secretário de Saúde de Ariquemes, no governo Francisco Salles (1997-2001) e ex-diretor do DECOM no governo de Confúcio Moura (2005-2009).

históricos no Museu Rondon, Biblioteca Municipal Pedro Tavares Batalha (ambos localizados em Ariquemes) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (sítio *online*).

No âmbito teórico-metodológico para interpretar os documentos utilizamos os pressupostos da *Escola dos Annales* de Bloch (2001), na qual propôs uma renovação metodológica no procedimento e análise de documentos, ampliando assim, o campo das pesquisas historiográficas. Os estudos que compõe a teoria suscitada, tende a interpretar as fontes analisadas numa perspectiva crítica, desvelando assim as “ideologias” presente nos documentos. Bloch (2001) explica que os documentos carregam um conteúdo discursivo e são produzidos para determinados interesses de poder. Apoiados em Foucault (1996) destacamos que:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Desta forma, as matérias jornalísticas e os discursos governamentais foram lidos e analisados a partir da compreensão de que a História também pode representar um discurso. Logo, trazemos a indagação de veracidade dos fatos. Por sua vez, a veracidade dos fatos é pensada, não numa perspectiva da dimensão do discurso positivista.

Asseveramos a necessidade de averiguar os documentos históricos e seus entrelaçamentos com a educação rural, temática pouco tratada em investigações em educação na Região Norte do Brasil.

CAMPO E CIDADE, RURAL E URBANO: CONCEITOS E INTERFACES

Rural e urbano, campo e cidade são conceitos significativos, para as vivências das comunidades humanas. Nos campos da História e Geografia emergem diferentes entendimentos ocasionando quase uma disputa de definições, ou conceitos entre rural e urbano, campo e cidade. O debate também atravessa a literatura, um dos exemplos é o Williams (2011).

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidades: a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização. (WILLIAMS, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva dialética, o conceito engendrado de cidade (meio urbano), associou-se ao centro das realizações, do saber, da cultura culta, do homem moderno. Por outro lado, o campo (meio rural), passou a ser associado ao *lócus* onde reina paz, tranquilidade, harmonia e a pureza ou inocência.

O aglomerado da população, a existência de atividades comerciais e a presença de algumas instituições, tais como escolas, igrejas, fóruns, prefeituras, câmara de vereadores, seriam os elementos suficientes para se definir a cidade o seu corolário, o urbano. De outro lado, a ausência desses fatores, a proximidade com a natureza e o predomínio das atividades agropastoris dariam conta de demarcar a esfera do campo e constituírem a noção do espaço rural. (LIMA, 2016, p. 192).

Não obstante, ao meio rural há diversos e distorcidos entendimentos associados a questões negativas, a saber: lugar de atraso, de ignorância com limitação e outros.

A partir de Williams (2011), os dois conceitos, ou seja, cidade e campo, possuem diversos significados, a cidade é representada como sendo; capital do estado, centro administrativo, religioso e comercial, além de porto armazém e outros; o campo aparece com as práticas de caçadores, dos pastores, fazendeiros agroindustriais, do camponês, dos latifundiários, das fazendas e outros. Esses são alguns determinantes de enunciados que trazem representações de cidade e campo, mas necessitam de contextualizações a partir das sociedades pelas os produziram.

Há séculos o Brasil representou forte vínculo agrícola, onde sua produção econômica, decorria da agricultura, ou seja, o Brasil era uma país essencialmente rural. Segundo Santos (1993) no início do século XX a população rural era caracterizada por 90,6% de toda a população nacional, ou seja, 9,4% dessa população estava localizada nas áreas urbanas, nas cidades.

Com efeito, a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o processo de mecanização e/ou industrialização se intensificou o processo de urbanização ampliou significativamente, o que acabou influenciando para o surgimento de novas cidades.

Com a industrialização, o mundo agrícola passou a ser pensado dentro [...] da economia internacional, da macroeconomia capitalista, onde as antigas relações de trabalho, produção e cultura próprias do hábitat rural já não encontram mais espaço para manifestações [...]. (LEITE, 2002, p. 58).

Em virtude da grande crise no campo e da vida campesina, com a queda da produção agrícola, o êxodo rural² intensifica, a partir da década de 1970.

Contudo, foi na década de 1970 que, deu-se a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira, esse período foi marcado pelas intensas migrações internas do campo para a cidade a partir de (MENEZES; GONÇALVES, 1986). A Tabela 1 apresenta essa inversão, do campo para a cidade.

Tabela 1. População urbano e rural no Brasil (1960-1991)

Ano	População total	População urbana	População rural
1960	70.992.343	32.004.817	38.987.526
1970	94.508.583	52.904.744	41.603.839
1980	121.150.57	82.013.375	39.137.198
1991	146.917.459	110.875.826	36.041.633

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Como podemos observar na Tabela 1, em quarenta anos a população total nacional duplicou. Notamos também que, a população rural a nível de Brasil predominava até 1960 apresentando 54,92% de toda a população, entretanto, a partir da década de 1970 o meio rural deixa de prevalecer e, a cidade passar a ser o destino dos rurícolas, apresentando 55,98% de total da população nacional.

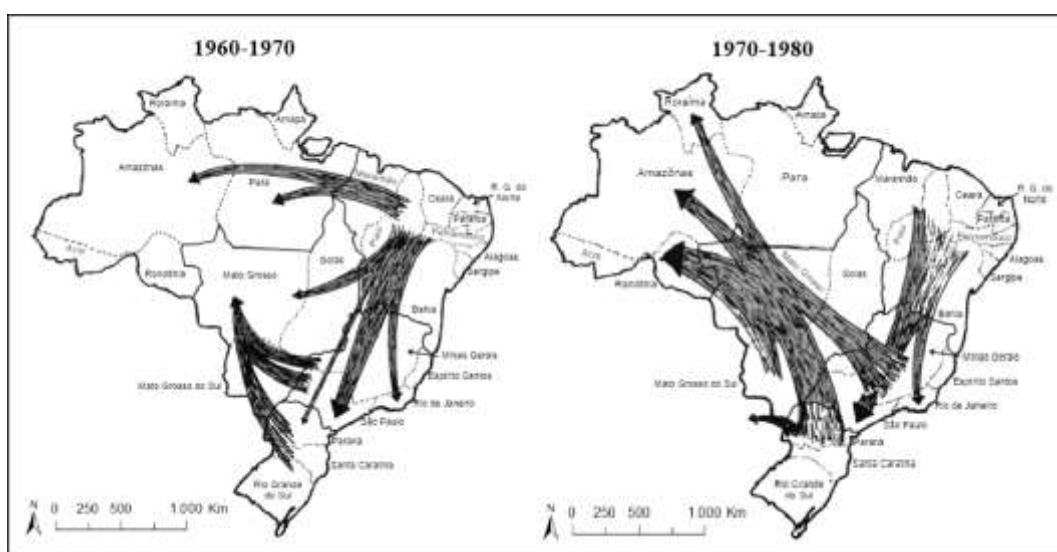
O forte movimento de urbanização que se verifica a partir do fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico,

² O êxodo rural é caracterizado pelo processo de migração das populações do campo em direção às cidades, intensificado a partir da década de 1970. (MARIM, 2005).

resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização. (SANTOS, 1993, p. 31).

Não obstante, o crescimento da indústria nesse período requereu um aumento na quantidade de trabalhadores e, era na agricultura que se concentrava a maior parte da população. Com isso, a população nordestina, assolados pela impossibilidade de sobrevivência no campo, migraram para as grandes cidades da região sudeste (MENEZES; GONÇALVES, 1986). O Mapa 1 apresenta esse processo migratório interno no Brasil de 1960 a 1980.

Mapa 1. Migração interna no Brasil (1960-1980)



Fonte: Adaptado de Menezes e Gonçalves (1986).

Como podemos constatar no Mapa 1, as migrações que configuraram as facetas do Brasil de Norte a Sul a partir da segunda metade do século XX, foram caracterizadas de um vaivém constante.

De 1960 a 1970 os migrantes partiram do Nordeste para: o Amazonas, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso e, de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná para o Mato Grosso. Já nas décadas de 1970 a 1980, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso trocam seu papel de áreas receptoras e passam a expulsar os migrantes para Rondônia, Amazonas e Roraima. O campo se esvazia e, a cidade “incha”; a vida do povo fica mais dura e mais sofrida.

Este povo “desenraizado” seguia o roteiro ditado pelo “desenvolvimento”³ do capitalismo. Essas populações “sem-terra” “são vítimas de um sistema que impede a fixação do homem na terra e impede que este mesmo homem encontre condições dignas de trabalho, de moradia e de vida na cidade.” (MENEZES; GONÇALVES, 1986, p. 11). São populações que, perdido seu vínculo com a terra permaneceram à inteira disposição do capital, levados de um lado para o outro.

Em Ariquemes, um dos municípios de Rondônia, o significativo processo de urbanização iniciou às margens da rodovia BR-364, a partir da década de 1970 com os Projetos Integrados de Colonização (PIC) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando a Vila de Ariquemes, passou a receber alguns conglomerados colonos. Em 1977 Ariquemes passa a categoria de município com a promulgação da Lei 6.448 de 11 de outubro de 1977, quando o presidente Ernesto Geisel concedeu emancipação política, os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena (BRASIL, 1977).

Com intuito de atrair centenas de pessoas para a região de Rondônia, o Governo na época realizou forte propaganda⁴. Em Porto Velho, no Palácio Juscelino Kubitschek o Governador Jorge Teixeira, em um discurso captado pelas lentes do documentarista Adrian Cowell, no início dos anos de 1980, relatou que:

[...] Rondônia se fez de mãos calejadas, corpos suados e poeirentos do divino trabalho da terra, venham brasileiros de todo Brasil! Venham gentes de todos os povos, Rondônia lhes oferece: trabalho, solidariedade e respeito. Tragam seus sonhos, anseios e ilusões compartilhem tudo isso com este povo admirável [...]. (COWELL, 1990)⁵.

As propagandas surtiram efeito visto que, a população de Rondônia expandiu de forma exorbitante, tanto que, ao analisarmos a Tabela 2, notamos o quanto o Rondônia cresceu em relação aos habitantes residentes nas áreas urbanas e rurais, entre as décadas de 1960 a 1990.

³ O desenvolvimento que nos referimos corresponde aquele, ideológico governamental, no qual se promove um desenvolvimento a nível regional e/ou nacional, e se analisarmos corresponde a um pressuposto totalmente diferente ao imposto.

⁴ Essas propagandas não ocorreriam somente em Rondônia, mas também em outras regiões do país como: Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e outras).

⁵ Ver documentário “Nas cinzas da floresta” do 19min35s ao 20min10s.

Tabela 2. População urbano e rural em Rondônia (1960-1991)

Período	População total	População urbana	População Rural
1960	70.783	30.842	39.941
1970	116.620	60.541	56.079
1980	503.125	239.436	263.689
1991	1.130.874	658.172	472.702

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).

De acordo com os dados apresentados (Tabela 2), no ano de 1960, a região possuía 70.783 habitantes, destes, 56,43% viviam em áreas rurais e 43,57% nos núcleos urbanos. Em 1970, a população apresentou um crescimento de 64,75% em relação ao ano anterior e, a área urbana, com uma ligeira vantagem, prevaleceu apresentando 51,91% da população. Contudo, em 1980, o meio rural apresentava uma diferença de 2,41% de predominância em relação a população urbana (47,59%). A partir de 1990 o ritmo de crescimento em Rondônia se atenuou e, a população urbana predominou a partir de então.

OS DISCURSOS DAS ESCOLAS URBANAS E RURAIS EM ARIQUEMES

Em fins da década de 1970 e início de 1980, os únicos modos de transmissão de informações em Ariquemes correspondia-se em: i) o “Pau do Fuxico⁶”; ii) Rádio e, iii) o Jornal impresso. Como não possuímos informações precisas sobre os dois primeiros (“Pau do Fuxico e o Rádio), nos ateremos aqui neste último (o jornal).

Sendo assim, em uma matéria de 02 de junho de 1979, o jornal *O Parceleiro* destacou que o Governador Jorge Teixeira, nesta mesma data, havia se deslocado até o município de Ariquemes para a inauguração da Escola Anísio Teixeira (escola essa situada na área urbana). Em sua inauguração a escola contava com “[...] modernas instalações, área de lazer coberta, doze sanitários, oito bebedouros elétricos, doze salas de aulas, além da diretoria, sala de professores e gabinete dentário.” (*O Parceleiro*, 02 jun. 1979). A Figura 1 apresenta uma parte da estrutura física da Escola Anísio Teixeira do dia de sua inauguração.

⁶ O “Pau do Fuxico” em Ariquemes, correspondia em um alto falante, fixado no alto de uma castanheira, no centro da cidade, responsável por passar informações a população.

Figura 1. Escola Anísio Teixeira (1979)



Fonte: Cedida pelo professor Ms. Edson Cavallari (2018).

Como podemos observar na Figura 1, a Escola Anísio Teixeira (localizada na cidade) era “bem estruturadas”, com estrutura física de alvenaria, pátio coberto e com iluminação. Não obstante, o encerramento da inauguração da Escola Anísio Teixeira foi celebrado com um grande coquetel para o Governador e sua comitiva.

Em uma outra matéria do dia 11 de agosto de 1979, o jornal *O Parceleiro* destaca que a prefeitura de Ariquemes, havia contratado uma nova professora para lecionar na escola Ricardo Cantanhede (escola urbana), não obstante descreveu ainda que, “[...] a prefeitura de Ariquemes doou cerca de vinte mil cruzeiros em instrumento para a Banda Marcial do Colégio [...]”. (*O Parceleiro*, 11 ago. 1979).

Com base nas duas matérias percebemos que as escolas urbanas recebiam um certo privilégio por parte dos órgãos públicos (estado e município), embora na época (em 1979) o município de Ariquemes contava com apenas 04 instituições educacionais localizadas na área urbana, com um total de 4.197 estudantes matriculados, em vista da área rural que apresentava 97% a mais de escolas, com 133 instituições educacionais e 4.460 estudantes matriculados (ARIQUEMES, 1979).

Com efeito, em caminhos dispares, as escolas situadas no meio rural, ao contrário da área urbana, eram içadas pelos próprios colonos. Em uma denúncia proferida pelo Deputado Jerônimo Santana à Câmara dos Deputados na sessão do dia 06 de maio de 1981 o mesmo relatou que visitou a zona rural de Ariquemes, e “[...] nos setores percorridos sequer encontrou uma escola primária construída pela Prefeitura. [...] Os colonos constroem as escolas e eles (o “Estado”) registram-nas dando-lhes nomes.” (Discurso, Jerônimo Santana, 06 mai. 1981, p. 45, *grifos do autor*). É folclórico, mas é verdade, os pais das crianças quem corriam em busca das professoras e professores para lecionarem nas escolas da área rural. O Estado, neste particular, não assumiu qualquer obrigação.

As escolas levantadas pelos colonos eram de palha, tapiri⁷ madeira, a Figura 2⁸ apresenta esse modelo de escola construída pelos colonos.

Figura 2. Escola Almirante Tamandaré [198-?].



Fonte: Arquivo do almoxarifado da SEMED (ARIQUEMES, [198-?]).

⁷ Barracas cobertas de palhas (predominantemente com folha de palmeira) ou de cavaco (lascas de madeira), onde as carteiras dos alunos, eram improvisados com tocos.

⁸ A fotografia da escola Almirante Tamandaré é apenas uma das centenas de escolas rurais, que identificamos, em sua maioria, apresentavam estruturas físicas similares, isso quando não eram construções totalmente de palha.

É possível constatar na Figura 2 que, o estado de conservação da escola Almirante Tamandaré era precário. A escola de construção de tapiri aparentemente era frágil, possuía apenas uma porta, não havia janelas. No telhado podemos identificar alguns buracos e nas paredes é visível várias gretas, o que facilita a entrada de insetos e pequenos anais (aranha, escorpião, cobras, sapos, entre outros), além de, o entorno da escola estar com matos, e troncos de árvores, que certamente atrapalhava a entrada e saída na escola e, até mesmo a recreação das crianças.

Muito das escolas rurais em Ariquemes possuíam precárias condições de funcionamento, algumas não haviam banheiros, bebedouros, iluminação elétrica, mobiliários, materiais didáticos-pedagógicos, as professoras e/ou professores em sua maioria leigos⁹ lecionavam em classes multisseriadas. Assim denunciou o Deputado Jerônimo Santana:

As escolas não têm carteiras; servem de carteiras troncos de madeira e um pequeno quadro negro. Os professores estão sempre com seus salários atrasados e só conseguem recebê-los após reunião de doutrinação na Prefeitura ou Secretaria de Educação local. Além do estado precário das escolas, a sua maioria parte é feita pelos próprios colonos. Depois sai a propaganda oficial alardeando que fizeram tantas e tantas escolas, que existem tantos e tantos alunos. Tudo mentira e mais mentiras. (Discurso, Jerônimo Santana, 10 de março de 1981, p. 24).

Sobre as condições em que as escolas rurais se encontravam, Leite (2002) descreveu que, com o processo de urbanização os administradores públicos desinteressam-se em elaborar e implantar políticas educacionais para o homem e mulher do campo, interessando somente, estruturar as escolas urbanas.

Embora as instituições da área rural fossem a maioria, percebemos que as mesmas eram deixadas a própria sorte. Lima (2016) descreveu que as escolas rurais subjaziam dificuldades simplesmente de essas escolas estarem localizadas no meio rural, onde tudo se caracterizava pela falta.

Dito isso, é possível uma interpretação acerca do silenciamento do jornal *O Parceleiro* quanto às escolas rurais, por este espaço não representar o “apetite” da modernidade, sendo

⁹ A professora e/ou o professor leigo refere-se aquele: “[...] que leciona sem ter feito ou concluído o curso que o habilita ao exercício do magistério no nível de ensino em que atua. Aplica-se em geral a professores de 1.º grau que não cursaram ou concluíram o antigo curso normal (atuais cursos de formação do magistério em nível de 2.º grau)”. (DUARTE, 1986, 141).

rústico, grotesco, ausente de políticas públicas. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. (FOUCAULT, 1996, p. 10). Ou seja, era mais contundente investir nas escolas da cidade, ao invés das escolas rurais. Era na cidade que se fazia presente as escolas com “modernas instalações”.

Nesse contexto, o rural era tanto esquecido quanto silenciado, uma ausência nos discursos [...], nas falas dos políticos e nas rubricas das verbas públicas destinadas ao investimento na economia e na sociedade de uma forma geral. (LIMA, 2016, p. 191).

Sendo assim, o jornal *O Parceleiro*, constituiu em seus discursos a perspectiva da cidade, enaltecendo as escolas urbanas em detrimento as do meio rural. “Com isso, a história do mundo rural, de seus habitantes, de seus fazeres e de suas escolas foi silenciada e não encontrou nesses discursos fundadores o espaço para se manifestar.” (LIMA, 2016, p. 185). O silêncio no discurso do jornal *O Parceleiro* não parece ingênuo, nem em vão. Não obstante, esse silenciamento assimila-se a perspectiva de Foucault (1996) de que, a inquietação diante do que é pronunciado ou escrito denota-se em poderes e perigos, todavia, inquietação de ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as austeridades.

As mídias jornalísticas no período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) serviam de instrumento indispensáveis para as gestões públicas governamentais, isso porque auxiliava na alienação, e repressão da sociedade. Contudo, os indícios da ausência do Estado para com o meio rural, sobretudo, expressam silêncio e esquecimento a história desse lócus. Nesse sentido, esse esquecimento não se trata de um dado natural, mas sim, resulta numa produção engendrada intencionalmente. Por conseguinte, torna-se necessário uma ruptura entre rural e urbano, campo e cidade, no âmbito de lembranças e não apenas de esquecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a luz de uma perspectiva historiográfica, descrevemos que o objetivo: analisar alguns exemplares de jornais de época em conjunto com discursos proferidos por autoridades públicas a respeito da educação rural e/ou sobre escolas rurais no município de Ariquemes,

Região do Vale do Jamari, no atual Estado de Rondônia em recorte temporal de fins da década de 1970 e início de 1980.

Com a oposição campo e cidade, urbano e rural, no Brasil capitalista das décadas de 50 e 60 do século XX intensifica a acumulação de riquezas, o foco das ações governamentais forma endereçadas para as cidades, isso fez com que os rurícolas gradativamente se deslocassem do campo para a cidade, surgindo dali seu modo de vida, uma modernidade, algo contrário ao meio rural. Nesse processo, as escolas rurais foram sendo paulatinamente deixadas a margem, uma vez que os investimentos do setor público se inclinavam ao modelo de urbanização no Brasil.

Vimos que, os colonos em desespero, vendo os filhos crescerem sem escolas, as construíam, de palha, tapiri ou madeira e corriam atrás dos futuros docentes (leigos) para ali lecionar e, o Estado só aparecia para pregar a placa como se fosse obra sua.

Não obstante, constatamos por meio dos discursos governamentais e fotografias que as escolas do meio rural, eram precárias, apresentando diversas problemáticas, até porque o meio rural não era nem de longe a representatividade da “modernidade”. Portanto, parte dos documentos históricos analisados nos demonstraram certa ausência do poder público quanto ao direito a escola rural o que configura uma produção engendrada intencionalmente.

Por fim, com o presente artigo, compreendemos que a verdadeira história não está expressava apenas nos modelos da urbanização, mas também no meio rural numa perspectiva de entender de que modo os rurícolas por conta própria ergueram escolas rurais e instituíram um modo de ser e estar na terra. Desta forma, a ausência de discurso de escolas rurais na mídia jornalística nos demonstra os níveis de manipulação do avassalador processo capitalista que excluiu determinados discursos e inclui outros no processo de divulgação de informações. Logo, determinados sujeitos possuem direitos sociais e outros não. Deste modo fazendo com que a educação se torne um objeto de valor, uma espécie de status.

REFERÊNCIAS

ARIQUEMES. **Ariquemes de Hoje**. Ariquemes, RO: Gráfica Rondônia, 1979.

ARIQUEMES: Governador na inauguração de escola. **O Parceiro**, Ariquemes-RO, sábado, 02 de junho de 1979.

BLOCH, Mach. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências. 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/h7487A>>. Acesso em: 29 out. 2018.

COWELL, Adrian. **Nas cinzas da floresta**. São Paulo: Verbo Filmes, 1990.

DISCURSO proferido pelo Deputado Jerônimo Santana na Câmara dos Deputados em 10 de março de 1981. In: BRASIL. **Em defesa do povo de Ariquemes**. Brasília: Coordenação de Publicação, 1982. p. 24.

DISCURSO proferido pelo Deputado Jerônimo Santana na Câmara dos Deputados na sessão de 06 de maio de 1981. In: BRASIL. **Em defesa do povo de Ariquemes**. Brasília: Coordenação de Publicação, 1982. p. 45.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Nobel, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola: 1996.

IBGE. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010**. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2001. Disponível em: <<https://goo.gl/CNLRdd>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. O rural, o silêncio, o esquecimento e o memorialista. Uberlândia-MG, 1950-1959. In: **História e memória da escolarização das populações rurais**: sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. (Orgs.). Jundiaí, SP: Paco Editorial: 2016. p. 165-198.

MARIM, Roda. Êxodo rural. in: MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 209-212.

MENEZES, Marilda Aparecida; GONÇALVES, Alfredo José. **Migração no Brasil**: o peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, 1986.

NOVOS professores em Ariquemes. **O Parceleiro**, Ariquemes-RO, sábado, 11 de agosto de 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.